

O Programa Mais Cultura nas Escolas no Rio Grande do Sul: perspectivas e conjecturas para a Interculturalidade

ÂNGELA SOWA
SÁTIRA MACHADO
ROSANE ROSA

Em 2007, o MEC intensificou o trabalho interministerial e lançou o *Programa Mais Educação*¹ e, em 2009, o *Programa Ensino Médio Inovador*.² O *Programa Mais Educação* foi implantado para fomentar a educação integral tendo como princípio o diálogo entre os diferentes macrocampos para um ensino de qualidade voltado à redução das desigualdades sociais. O paradigma da educomunicação foi incorporado aos macrocampos do *Programa Mais Educação*, entre eles o de Comunicação, uso das mídias e cultura digital que possibilita os usos e as apropriações de mídias como o Jornal Escola, a Rádio Escola, a História em Quadrinhos (HQ), a Fotografia, o Vídeo e as redes sociais, que resultam em produções culturais midiáticas. O *Programa Ensino Médio Inovador* também contempla a educomunicação e a cultura, principalmente nos seus macrocampos: cultura corporal; cultura e artes; comunicação e uso de mídias; e cultura digital.

O MinC foi incluído nesses programas interministeriais como forma do MEC dialogar com Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Nº 9.394/96) no que tange ao “ensino da arte” e à promoção do “desenvolvimento cultural dos alunos” na rede de ensino do Brasil. Então,

1 Programa instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10.

2 Instituiu pela portaria do MEC nº 971, de 09/10/2009. Ensino médio inovador. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medioinovador.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2014.

em 2013, o Ministério da Cultura formulou um programa próprio para valorizar a cultura na rede de ensino brasileira, lançando o *Programa Mais Cultura nas Escolas*.

O *Programa Mais Cultura nas Escolas* objetiva fomentar a valorização da cultura brasileira e a inclusão de projetos culturais no ensino regular, se configurando como política cultural. Volta-se ao desenvolvimento de cidadãos e cidadãs críticos/as, criativos/as e com percepção artística. Trata-se de uma iniciativa que objetiva incentivar práticas culturais e artísticas em escolas públicas que já integram os programas *Mais Educação* e *Ensino Médio Inovador*. Segundo o “Manual de Desenvolvimento das Atividades - Mais Cultura nas Escolas” (2014) o objetivo do MinC e do MEC é fazer com que a escola seja reconhecida como um espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira. Entre os pontos objetivados estão a promoção e consolidação de territórios educativos com a valorização do diálogo entre saberes comunitários de escolares, na perspectiva da “pedagogia das diferenças”.

Esse conceito tem interlocução com Candau (2003) quando ressalta que as práticas educativas devem ser dinâmicas, flexíveis e diversificadas. Dialoga igualmente com Escobar (2005), que aponta os direitos culturais e a democracia cultural como elementos promotores da descentralização dos espaços culturais na cidade, como forma de garantir várias perspectivas de um mesmo fato. Assim, os ministérios acreditam que o PMCE- *Programa Mais Cultura nas Escolas* pode levar à democratização da cultura e a promoção da igualdade, visto que o mercado produz e promove o desequilíbrio nesse setor.

Os planos de atividades culturais das escolas a serem submetidos ao *Programa Mais Cultura nas Escolas*, deve estar integrado ao Plano Político Pedagógico da instituição de ensino e dialogar com agentes e organizações culturais locais como: museus, pontos de cultura, produtores culturais, artistas, mestres de cultura popular e tradicional, cinemas, bibliotecas, coletivos culturais, entre outros.

Sendo este, estruturado com os seguintes eixos: 1) residências de artistas para pesquisa e experimentação nas escolas; 2) criação, circulação e difusão da produção artística; 3) promoção cultural e pedagógica em espaços culturais (atividades aplicadas em pontos de cultura, centros culturais, museus e cinemas); 4) educação patrimonial (material e imaterial, memória, identidade e vínculo social); 5) cultura digital e comunicação; 6) cultura afro-brasileira; 7) culturas indígenas; 8) tradição oral; 9) educação museológica. Nos projetos, esses eixos podem ser incluídos quaisquer linguagens de arte e manifestações culturais que aportem assuntos que necessitam da abertura para o diálogo nas escolas e nas comunidades escolares, de forma a colaborar com a reflexão crítica dos conteúdos.

A inter-relação das políticas públicas de cultura e de educação tem revelado novas possibilidades de promoção da igualdade na diversidade e vem sendo potencializada pela mediação comunicativa. Paulo Freire (1985, p.46), já apontava que “[...] *a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados*”. Segundo Barbalho (2011, p.115) políticas culturais “é a intervenção planejada do poder público no sistema – produção, circulação e fruição/consumo – simbólico por meio de instituições, agentes e ações voltadas exclusivamente para esse fim”, completando a partir de Coelho (1997, p.293), que se tem “o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. Neste sentido, Barbalho faz essa conexão com Coelho (1997) e sinaliza que esse processo é fruto de forças culturais e políticas.

Mais especificamente na interface entre comunicação e educação, seguindo os passos de Paulo Freire e Mario Kaplun, nasce a educomunicação. Segundo Ismar Soares (2014, p. 138), esse campo do saber se mobiliza através das seguintes áreas de intervenção social: 1) *Gestão da Comunicação nos Espaços Educativos*, como um conjunto de procedimentos (planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos) capaz de criar ecossistemas educacionais; 2) *Educação para a Comunicação (media education, media literacy, educación en medios – educação midiática)* para formação de receptores(as) autônomos(as) e críticos(as) frente aos meios; 3) *Mediação Tecnológica nas Práticas Educativas (information literacy)*, focada nas tecnologias educacionais; 4) *Expressão Comunicativa pelas Artes*, arte-educação que valoriza a autonomia comunicativa de crianças e jovens; 5) *Produção Midiática*, como promoção de criação de produtos midiáticos na educação; 6) *Pedagogia da Comunicação*, na forma de educação a partir da comunicação; 7) e *Reflexão Epistemológica*, para fomentar a observação da inter-relação comunicação/educação a partir de pesquisas sobre os objetos da Educomunicação.

O diálogo entre a educomunicação e a cultura se dá em todas as áreas de intervenção, mas se destaca na área da *Expressão Comunicativa pelas Artes* que revela exercícios de criatividade presentes em espaços educativos. Por meio de projetos idealizadores, nessa área é possível observar a motivação de grupos sociais na busca de mais cidadania, em processos ricos em compreensões e significações transmutadas pelas linguagens artísticas e manifestações culturais.

Segundo Touraine (1998, p.22) o papel da educação é fundante para formar o que “[...] *podría ser la escuela Del Sujeto*”. Nessa escola o/a aluno/a seria preparado/a para compreen-

der diferentes culturas, para quebrar as barreiras do estranhamento. E poderia incorporar outras culturas, os direitos sociais e partir para exercícios de cidadania e de democracia capazes de intervir socialmente.

Como pondera Canclini (2009, p. 102), a desigualdade social e as diferenças culturais estão diretamente ligadas, pois “[...] *os direitos culturais costumam concentrar-se no desenvolvimento de potencialidades pessoais e no respeito às diferenças de cada grupo*”. Já, Candau (2003), defende que a chave para o desenvolvimento e para a redução das desigualdades está na identificação das semelhanças, quebrando a diáspora que constantemente forma uma fronteira de exclusão e ciclicamente exclui a possibilidade de entendimento cultural no Brasil.

Nesse contexto entra em cena o conceito de cidadania cultural que segundo Chauí (2006, p.75) é norteado por duas diretrizes: “[...] a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação dos sujeitos culturais”. Neste sentido, podemos relacionar os sujeitos culturais indicados pela autora com o conceito de sujeito denominado por Touraine (1998). Um sujeito histórico, conhecedor do entorno social, que reconhece o sujeito que esta em si e no outro e que tem criticidade e criatividade para se mobilizar e intervir em prol de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Para Chauí (2006), a cidadania cultural é caracterizada por quatro perspectivas conceituais: 1. que o conceito de cultura não fique retido a uma vertente de pesquisa, e sim a uma visão macro; 2. uma visão de cultura pelo cunho democrático, de acessibilidade a todos os cidadãos; 3. uma definição conceitual de cultura como trabalho de criação e uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos com a ênfase na historicidade.

Martín-Barbero (2003, p.60) considera que “[...] *até pouco tempo atrás, a diversidade cultural foi pensada como uma heterogeneidade radical entre culturas, cada uma enraizada em um território específico, dotadas de um centro e fronteiras nítidas*”. Essa postura acabava por demarcar outras culturas como uma ameaça às identidades nacionais, por exemplo. Nesse sentido, é possível destacar as reflexões de Demo (2011, p.41), que revela características fundamentais às políticas participativas e emancipatórias, quais sejam: as de “[...] *reconhecer que bem estar não é dádiva, mas conquista*”, tornando a democracia um componente fundamental para a efetivação do bem-estar social.

Nessa perspectiva, Martín-Barbero (2011) reforça que é preciso uma avaliação para entender como a escola dá conta de formar jovens que além de saber ler livros, se sintam cidadãos. Na visão do autor “[...] *a educação tem a missão de contribuir efetivamente no processo de criar nos jovens uma mentalidade crítica, questionadora, desajustadora da*

inércia, da acomodação da riqueza e da resignação na pobreza na qual as pessoas vivem” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 134).

Também é preciso considerar as relações de vivência escolar e manifestações artístico-culturais dentro e fora do contexto escolar. Segundo Candau (2012, p.14), é a interculturalidade que fomenta esses processos, já que é emergente “[...] o direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social”. A interculturalidade é a base das relações do estar com o outro. Para Catherine Walsh (2001, p. 10-11), a interculturalidade é ainda “um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade”. Dessa forma pode ocorrer a ampliação e inserção de repertórios que abrangem a diversidade cultural promovendo maior igualdade de oportunidades.

Segundo o modelo ideal de educação multicultural de Banks (1999, p.39) há cinco dimensões interligas:

Integração de conteúdo: lida com as formas pelas quais os/as professores/as usam exemplos de conteúdos provenientes de cultura e grupos variados para ilustrar os conceitos-chave, os princípios, as generalizações e teorias nas suas disciplinas ou áreas de atuação;

Processo de construção do conhecimento: propõe formas por meio das quais os/as professores/as ajudam os/as alunos/as a entender, investigar e determinar como os pressupostos culturais implícitos, os quadros de referências, as perspectivas e os vieses dentro de uma disciplina influenciam as formas pelas quais o conhecimento é construído;

Pedagogia da equidade: existe quando os professores modificam a sua forma de ensinar de maneira a facilitar o aproveitamento acadêmico dos alunos de diversos grupos sociais e culturais, o que inclui a utilização de uma variedade de estilo de ensino, coerente com a diversidade de estilos de aprendizagem dos vários grupos étnicos e culturais;

Redução do preconceito: essa dimensão focaliza a atitude dos alunos em relação a raça, e como elas podem ser modificadas por intermédio de métodos de ensino e determinados materiais de recursos didáticos;

Uma cultura escolar e estrutura social que reforcem o empoderamento de diferentes grupos: promove um processo de reestruturação da cultura e organização da escola, para que os alunos de diversos grupos

étnicos, raciais e sociais possam experimentar a equidade educacional do reforço do seu poder na escola.

Entre as cinco dimensões interligadas, percebemos que o PMCE pode ser pensado a partir da contemplação de todas, visto que tem como viés a integração de conteúdo relacionado ao Programa Político Pedagógico da escola e a realidade da comunidade. Também se faz uma construção dialógica de conhecimento com o intuito de fomentar diferentes práticas culturais sem aloca-las em regramentos hierárquicos, sendo que a lógica colaborativa da cultura possibilita essa transação. Outras dimensões trabalhadas é a do empoderamento de diferentes grupos e da redução do preconceito a partir da autoestima e do fortalecimento das identidades de sujeitos e comunidades, percebendo que a partir do resgate das raízes, esses passem a compreender melhor o espaço onde vivem.

Nessa mesma perspectiva, Canclini (2009, p. 42) lembra que é “[...] ao nos relacionarmos uns com os outros, que aprendemos a ser interculturais”. A educação intercultural é uma vertente forte no panorama escolar, uma vez que no ensino se busca fugir do estranhamento entre a cultural popular e a cultura erudita, proporcionando aos alunos/as uma formação para além do isolamento cultural.

Assim, percebe-se que é consenso que a escola tem o potencial de possibilitar o acesso a um aprendizado intercultural, que transcenda os livros didáticos ao incorporar a mediação das tecnologias de informação e comunicação e projetos culturais como ocorre no PMCE. Os espaços educativos têm o privilégio de ter acesso ao saber presente nas comunidades, às manifestações culturais e às realidades que conflitam o cotidiano de crianças, de adolescentes e da comunidade de seu entorno. Articula-se, dessa forma, um processo de aprendizagem inter/transcultural capaz de proporcionar uma interação com uma pluralidade de sujeitos entre espaços educativos formais e informais.

Referências:

- BARBALHO, Alexandre. A política cultural segundo Celso Furtado. IN BARBALHO, Alexandre [et al.], ORG. **Cultura e desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas / Salvador : edufba, 2011. 287 p. : il. – (Coleção cult).
- CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro : 7Letras, 2002

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconetados**: Mapas da interculturalidade . 3cd. - Rio de Janeiro: Editora. UFRJ, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. 1ed. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, aplicação: contribuições para o reforma do ensino médio**. São Paulo; Paulinas, 2011.

TOURAINE, Alain. **Iguais e diferentes**: poderemos viver juntos? Instituto Piaget: Lisboa. 1998.

A AUTORA

ÂNGELA SOWA - Ângela Sowa. Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: angelasowa@outlook.com